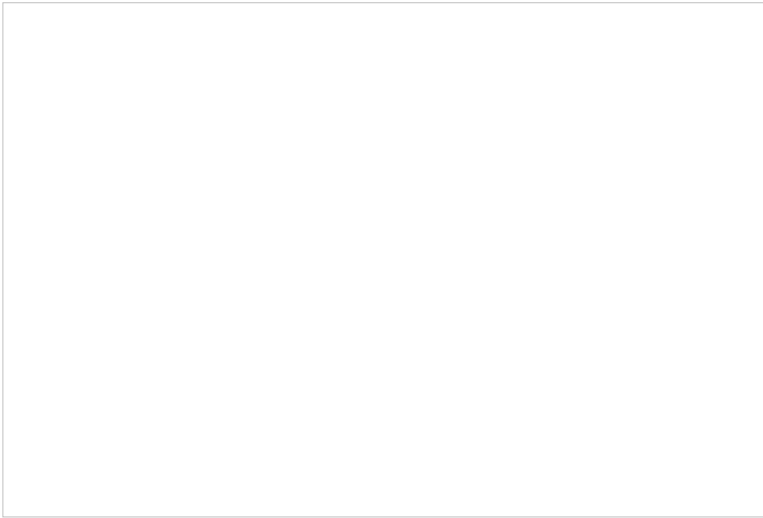




01/07/2017 07:58 - Prefeito acata decisão do Conselho e eleva valor da tarifa de ônibus para R\$ 3,80



O [Diário Oficial do município de Porto Velho](#) desta sexta-feira (30), trás na página quatro do documento o decreto **14.575 de 30 de junho de 2017** assinado pelo prefeito Hildon Chaves (PSDB) e pelo secretário da A Secretaria Municipal de Trânsito (Semtran) Marden Negrão que reajusta o valor da passagem do transporte coletivo na cidade de Porto Velho para R\$ 3,80.

Para justificar o aumento o prefeito alega que que ainda como melhoria do serviço prestado, ficou definido que Consórcio SIM diversas melhorias para o sistema, dentre as quais: reparação imediata de 30 veículos; início do processo de reparação permanente da frota; disponibilização de ar-condicionado em 20 veículos; início do funcionamento de 02 (duas) linhas expressas; aquisição e disponibilização de duas (2) vans para o transporte de portadores de deficiência para

tratamentos de saúde, sendo que o transporte será feito com agendamento a ser organizado pelas instituições de suporte e defesa de direitos dos portadores de deficiência, dentre outros.

O aumento no valor da passagem foi de quase 30%, sendo o maior percentual da história de Porto Velho já concedido por um prefeito na capital.

Tarifa social

O prefeito exigiu alguma compensação financeira como contrapartida ao usuário. Surgiu, então, a criação da tarifa social para estudantes ao preço de R\$ 1.

Com essa tarifa, o estudante que tem direito a pagar metade do valor, não vai receber o reajuste de R\$ 1,90, e o valor atual de R\$ 1,50 vai para R\$ 1. A prefeitura alega que isso irá gerar uma economia real as famílias de baixa renda.

"Um pai de dois filhos, por exemplo, que na tarifa antiga pagava R\$ 6 o percurso de ida e volta à escola, agora, com a nova tarifa vai pagar R\$ 4."

Antes de acatar a decisão do Comtran, o prefeito determinou a avaliação de alternativas ao reajuste. A Semtran sugeriu então a revisão ou suspensão da gratuidade que é concedida a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes, o que representa em torno de 32% dos usuários e que, segundo o consórcio, afeta o custo do sistema, gerando desequilíbrio econômico-financeiro. Hildon rechaçou a proposta de mexer na gratuidade.

Fonte: Redação